



POVOS
INDÍGENAS
INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA

PROJETO DE INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES REALIZADAS ATÉ 18.05.2018

Maio/2018



**Tribunal Regional Eleitoral
do Tocantins**



Sumário

1. Apresentação.....	2
2. Instituições parceiras do projeto.....	3
3. Curriculum dos representantes dos parceiros que estão atuando no projeto.....	3
4. Objetivos e justificativas do projeto.....	4
5. Etapas do projeto.....	5
1. Reunião Preparatória pré-projeto – 24.10.2017.....	5
2. Reunião – 05.02.2018.....	5
3. Visitas às aldeias para convidar os Indígenas – 15.02.2018 a 01.03.2018.....	6
4. Oficinas de trabalho (por temas, participantes e questões discutidas)	7
5. Plenária após as oficinas.....	16
6. Reunião 23.03.2018.....	16
6. Execução das ações planejadas.....	17
1. Ação educação política nas comunidades Indígenas.....	17
2. Ação para aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias Militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias.....	21
3. Ação de para promover viagens itinerantes às aldeias com representantes do TRE.....	22
4. Ação confeccionar cartilha bilíngue	25
7. Metas do projeto.....	27
8. Considerações Finais.....	27
9. Anexos.....	28



1. Apresentação

O projeto visa construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas, amparados pela Constituição Federal de 1988, quando estabelece a cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito, e constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. É também objetivo promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Aos povos indígenas são reconhecidas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231, da CF/88). A prática se desenvolve em duas fases: A **primeira fase** visou, por meio de uma oficina, debater sobre os problemas e dificuldades de efetivação dos direitos de cidadania dos povos indígenas.

Nessa fase promoveu-se um evento pelo TRE-TO, cujo objetivo foi ouvir as lideranças e promover a interação entre a Justiça Eleitoral e as comunidades indígenas, compreender o que pode dificultar o exercício pleno da cidadania para que soluções sejam articuladas através do diálogo intercultural. Nessa fase convidou as seguintes instituições: Representantes do Congresso Nacional, do MPU, MPE, DPU, DPE, Exército e Marinha Brasileira, PF, PM e Civil, Secretaria de Segurança Pública e da Educação do Tocantins, FUNAI e UFT.

Na primeira fase as aldeias indígenas, que têm seção eleitoral, indicaram até dois líderes para participarem das oficinas temáticas (diálogo intercultural, segurança e representatividade política) no formato de workshop.

Após as dificuldades listadas pelas comunidades indígenas e dos problemas enfrentados pelos órgãos governamentais, soluções e instrumentos de efetivação da cidadania plena dos povos indígenas foram delineadas:

- Promover viagens itinerantes às aldeias com representantes do TRE;
- Realizar seminários sobre educação política nas comunidades Indígenas;
- Confeccionar cartilha bilíngue;
- Aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias Militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias.

A **segunda fase** do projeto é a execução das propostas e soluções encontradas na primeira fase. A partir das dificuldades delimitadas pelas comunidades indígenas e dos problemas enfrentados pelos órgãos governamentais, soluções e instrumentos de efetivação da cidadania plena dos povos indígenas foram delineados. Esta fase foi iniciada com a confecção dos planos de ação, que já estão em andamento, apresentam resultados efetivos, e também serão tratados neste relatório.

Com isso, a Justiça Eleitoral busca promover os direitos de cidadania e inclusão dos povos indígenas do Tocantins.





2. Instituições parceiras do projeto

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAAI
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO TOCANTINS
DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL
POLÍCIA MILITAR
POLÍCIA CIVIL
EXÉRCITO BRASILEIRO

3. Currículo dos representantes dos parceiros que estão atuando no projeto.

FRANCISCO EDVIRGES ALBUQUERQUE

Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É professor Adjunto do Colegiado de Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína. Atualmente coordena o Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Escolar Indígena Apinayé, o Centro de Estudos Etnolingüístico e Cultural e o Laboratório de Línguas Indígenas da UFT/Campus de Araguaína, através de parcerias da UFT/FUNAI/SEDUC. Há 14 anos, trabalha com os povos Apinayé, onde desenvolveu os projetos de pesquisas, voltados para Doutorado e Mestrado. Atualmente tem se dedicado às pesquisas sobre as línguas indígenas Apinayé e Krahô. Há 8 anos trabalha como assessor/professor de Língua Portuguesa e das Línguas Indígenas Apinayé e Krahô, no Curso de Formação em Magistério Indígena do Estado do Tocantins/SEDUC. Membro do Conselho Estadual de Educação Indígena do estado do Tocantins. É organizador dos seguintes livros: Matemática e Ciências Apinayé (2007), História e Geografia Apinayé (2007), Narrativas e Cantigas Apinayé (2007), Alfabetização Apinayé (2007) e Medicina Tradicional Apinayé (2007). Publicou livros Português Intercultural (2008), Livro de Alfabetização Krahô (2009) e os artigos A Estrutura morfológica dos verbos em Apinayé, a Estrutura dos Nomes em Apinayé e A Situação Sociolingüística dos Apinayé de Mariazinha, O Tratamento dos Empréstimos em Apinayé, Aspectos do processo de Educação Escolar Bilíngue dos Apinayé, além de vários outros trabalhos, voltados para os aspectos da situação sociolingüística dos Povos Apinayé.

ALUIZIO FERREIRA VIEIRA

Juiz de Direito do TJRR, titular da 1ª Vara de Fazenda Pública da Capital; Coordenador do Núcleo de Assessoramento Técnico/NAT-JUS da área de saúde do TJRR; Coordenador do Polo Indígena de Conciliação Maturuca; Instrutor de Mediação Judicial pelo CNJ; Mestre em direito e sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ); professor da graduação em direito na Faculdade Cathedral; e formador dos cursos de formação de magistrados e servidores do TJRR.





LÍDIA SORAYA LIBERATO BARROSO

Doutorado em Educação, linha de pesquisa: Antropologia da educação - Universidade Federal do Ceará. Mestrado em História, linha de pesquisa: etno história - Universidade Federal de Pernambuco. Graduação em História - Universidade Federal do Ceará. Atualmente trabalha na Gerencia de Educação Indígena - SEDUC - TO, com formação de professores indígenas das etnias: Karajá, Javaé, Xambioá, Xerente, Apinajé, Krahô e Krahô-Kanela. Membro do Conselho de Educação Indígena. Pesquisadora e consultora nas áreas de arte, cultura, história, antropologia, território, legislação e educação relacionado aos povos indígenas no Estado do Tocantins.

CLARISSE DRUMOMOND MARTINS MACHADO

Desde 2016, doutoranda do Departamento de Estudos Latinoamericanos (ELA/ICS/UnB), com o projeto “Indigenismo de reparação: pesquisa comparada sobre o pagamento da dívida histórica do Brasil com os Povos Indígenas e do Canadá com as Primeiras Nações”, sob orientação do Professor Dr. Cristhian Teófilo da Silva. Atua em estudos comparados sobre o indigenismo; políticas sociais; reparação, representatividade política e direitos indígenas. E membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI). Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, da Universidade de Brasília (PPGPS/SER/UnB). Bacharel em Antropologia, pelo Departamento de Antropologia (DAN/UnB). Trabalhou na Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização (SEGAD), do Governo do Distrito Federal (GDF), na Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS), da Fundação Nacional do Índio e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

WELLINGTON MAGALHÃES

Juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), diretor adjunto da Escola Superior da Magistratura do Tocantins, Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal (FDUC), coordenador de cursos na formação de magistrados e servidores do poder judiciário, coordenador e palestrante em projetos de inclusão sociopolítico dos povos indígenas.

4. Objetivos e justificativas do projeto

O projeto visa construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas.

A efetivação de direitos e garantias individuais e coletivas tem amparo na Constituição Federal, precisamente nos artigos 1º e 3º, quando, respectivamente, estabelece a cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito, e constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária. É também objetivo promover





o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Aos povos indígenas são reconhecidas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231, da CF/88). Entretanto, a realidade dos povos indígenas, nomeadamente no que tange à efetivação dos direitos decorrentes da cidadania tem se mostrado cada vez mais desafiadora. A inclusão sociopolítica dos povos indígenas pressupõe diálogo e conhecimento dos obstáculos que prejudicam o exercício pleno da cidadania.



5. Etapas do projeto.

5.1 Reunião Preparatória pré-projeto – 24.10.2017

Alinhamento da estratégia para definição das ações do projeto

Deliberações:

- Fazer uma oficina/reunião de trabalho em Palmas para promover/proporcionar o contato com os Indígenas. Seriam debatidas as questões dos direitos indígenas e interesses sócio-políticos. Nessa reunião detalharia o projeto. O interlocutor das tribos indígenas deverá ser indicador por eles mesmos.
- Montar um grupo de trabalho. Já ficou confirmada a participação do Dr. Álvaro como membro e do Dr. Wellington como coordenador.
- A comunicação do TRE-TO com as tribos indígenas deve ser feita via FUNAI.

5.2 Reunião – 05.02.2018

Definiu o cronograma e as estratégias de visitas às aldeias para convidar os líderes indígenas a participarem do encontro/oficina no TRE.



Deliberações:

- Que o cronograma de visita às aldeias seja anexado, pelas ZE, a esse SEI até o dia 08.02.2018;
- Que as visitas sejam realizadas entre o dia 19 e 23.02.2018;
- Oficiar formalmente a FUNAI quanto a solicitação de apoio nas visitas.

5.3 Visitas às aldeias para convidar os Indígenas – 15.02.2018 a 01.03.2018

A ação inicial foi a reunião com os líderes indígenas com a finalidade de convidá-los a participarem de oficinas no Tribunal Eleitoral em Palmas. Foram visitadas as Aldeias que possuem locais de votação.

Zona Eleitoral	Aldeias Envolvidas no projeto	Nome dos Indígenas
5ª ZE - Miracema	Aldeia Porteira	Laercio Sirnapte Xerente Tiago Wakukepre Xerente
	Aldeia Funil	Elso Krnsú Xerente Paulo Cesar
	Aldeia Brejo Comprido	Isaias Sizapi Xerente Valmir Hkawe Calixto Xerente
	Aldeia Rio Sono	Mauricio Seiko Xerente Gilberto Sresdazute Xerente
9ª ZE - Tocantinópolis	Aldeia Botica	Maria Aparecida Pereira da Silva
	Aldeia Mariazinha	Euclides Pereira Ribeiro
	Aldeia Barra do dia	Edvaldo Ribeiro Apinajé
	Aldeia São José	Cassiano Sotero Apinajé
13ª Cristalândia	Aldeia Santa Isabel	Kohãlue Karajá Iwraru Karajá
	Aldeia Fontoura	José Hani Karajá
	Aldeia Macaúbas	Natanael Karajá Fernando Hadori Karajá
15ª ZE - Formoso Araguaia	Aldeia Txiurí	Cleyton Oliveira Martins Javaé Elias Wariho Javaé
	Aldeia Canoanã	Fabiano Kanari Javaé Manoel Conceição Marralanin Dias Achure Karajá
	Aldeia São João	Darci Maurerri Javaé Hatxiari Javaé
23ª Pedro Afonso	Aldeia Lajeado	Edimilson Kumnkawê Pereira de Brito Xerente Newton Damsokekwa Calixto



32ª Goiatins	Aldeia Rio Vermelho	Genival Caeteano Krahô Leozipe Pepxa Krahô
	Aldeia Cachoeira	André Cuhehke Krahô Ismail Pereira de Sousa Krahô
	Aldeia Pedra Branca	Marcio Krahô Miguelito de Sousa Krahô
33ª Itacajá	Aldeia Santa Cruz	Ariston Krahô Cornélio Kôc Krahô
	Aldeia Manoel Alves	Renato Yahé Krahô Roberto Krahô
34ª Araguaína	Aldeia Xambioá	Robson Jahuri Karajá Raiane de Sousa Guarani

Registro fotográfico das visitas



ALDEIAS MANOEL ALVES E SANTA CRUZ



ALDEIA KHAHÔ



ALDEIA DA ILHA DO BANANAL



ALDEIA SÃO JOÃO

5.4 Oficinas de trabalho (por temas, participantes e questões discutidas)

Após a visita às aldeias, com a definição de todos os representantes indígenas, a Justiça Eleitoral promoveu palestras e oficinas de debates, nos dias 15 e 16 de março de 2018.



PROGRAMA DO ENCONTRO

PROGRAMAÇÃO

Dia 15 de março, quinta feira (Tarde) – Auditório do TRE-TO (Quadra 202 norte, Av. Teotônio Segurado)

13h30 - Credenciamento

14h00 - Solenidade de Abertura

- *Des. Marco Villas Boas, Presidente do TRE-TO*

15h00 - 1ª Palestra – Segurança nas eleições em comunidades Indígenas

- *Aluízio Ferreira Vieira, Juiz de Direito de Roraima*

15h40 - Intervalo

16h00 - 2ª Palestra – Representatividade Política dos povos Indígenas

- *Mestre e Doutoranda Clarisse Drummond Martins Machado*

16h40 - 3ª Palestra – Diálogo entre Culturas

- *Professor Doutor Francisco Edvigés Albuquerque*

17h20 - Orientações para o segundo dia.

Dia 16 de março, sexta-feira (Manhã) - Anexo I (103 Norte, Av. LO2)

08h00 - Oficinas para tratar dos temas:

1. Segurança nas eleições em terras indígenas.
2. Representação política dos indígenas.
3. Diálogo entre culturas.

11h30 - Intervalo almoço

Dia 16 de março, sexta feira (Tarde) - Auditório TRE-TO

13h30 - Plenária Final

Apresentação das sugestões apresentadas pelas oficinas de debate.

15h30 - Apresentação - Panorama da Execução do Projeto

16h00 - Mesa de Encerramento

17h00 - Coquetel de Encerramento

No primeiro dia foram realizadas palestras que tinham como objetivo os temas escolhidos para as oficinas visando facilitar o entendimento do que seria debatido.

Assim, no segundo dia, foram realizadas as oficinas. Os resultados apresentados, em plenária final, foram os seguintes:



Tema: Segurança nas eleições em comunidades Indígenas.

Assuntos debatidos:

A.1. Sob o ponto de vista das Forças de Segurança, qual a maior dificuldade em se garantir a segurança das eleições em comunidades indígenas?

- Resistência da comunidade indígena Xerente com relação à presença da Polícia Militar.

A.2. Sob o ponto de vista das comunidades indígenas, qual a maior dificuldade na relação com as Forças de Segurança, durante o processo eleitoral?

- Na comunidade Xerente – questão histórica de conflitos com a Polícia Militar (passado)

- Na comunidade Krahô – a presença de militares do exército com armamento ostensivo causa sensação de insegurança nos moradores em razão de questões históricas (massacres ocorridos no passado)

- Na comunidade Apinajé – falta de conhecimento da cultura dos índios por parte dos integrantes das forças de segurança e TRE acabam gerando atritos

- Na comunidade Javaés – falta de autonomia por parte dos líderes das aldeias, que vendem o voto e não orientam os demais integrantes da comunidade

- De forma geral, a falta de conhecimento da cultura indígena por parte dos agentes das forças de segurança e TRE acabam gerando dificuldades na atuação

- Falta de conhecimento da parte dos índios da legislação eleitoral, em especial com relação aos crimes eleitorais

- Falta de atuação das forças de segurança nos casos de compra de voto dentro das aldeias

- Ausência de diálogo anterior entre os órgãos de segurança e TRE com as comunidades indígenas

- Ausência de controle no acesso de pessoas não pertencentes à aldeia no período eleitoral

- Limitação da segurança apenas ao local de votação, deixando o restante da aldeia sem proteção

A.3. Relacionem três propostas que visem aumentar a fiscalização e a prevenção de crimes eleitorais em comunidades indígenas.

- Realização de seminários e ações para disseminação de conhecimento para as comunidades indígenas, visando esclarecer dúvidas relativas a legislação eleitoral, principalmente com relação a crimes eleitorais

- Abrir diálogo com as forças de segurança com vistas a sua atuação nas comunidades indígenas nas eleições e de forma geral.

- Capacitação dos agentes que atuam diretamente nas aldeias sobre a cultura indígena (servidores do TRE, mesários e agentes das forças de segurança).

Participantes: Vide lista de frequência





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Oficina: Segurança nas eleições em terras indígenas
Local: Anexo I - TRE
Data: 16 de março de 2018

FREQUÊNCIA

Nº	NOME	ÓRGÃO/ETNIA	E-MAIL
1.	Davido Huiwi Suinoptek	Xerente 5ª ZE	hdavido14@hotmail.com
2.	Gilso Kraunsi Xerente	Xerente	
3.	Raulo Cesar W. X.	xerente	Wawickraunsi@gmail.com
4.	Valmir Hkêwê Calido Xerente		
5.	MANDEL MORENO XERENTE	XERENTE	moreno.xerente@gmail.com
6.	MARCELO MORENO DA SILVA KAPAZI	KAPAZI	marcelokapazi@gmail.com
7.	Carlos Henrique dos S. Lourenço	13ª ZE	carlos.lourenco@tre-to.jus.br
8.	França, Abel Gomes Bandeira	15ª ZE	franca.gomes@tre-to.jus.br
9.	Murphysonna G. Dias	5ª ZE	murphysonna.dias@tre-to.jus.br
10.	Azizinaldo Brabo	PM-TO	azizinaldo.brabo@pm.to.gov.br
11.	Solanda de Sousa Leão	PC-TO	solandaleao@pc.to.gov.br
12.	DARCI MAURICELI	JAVAE	darci.javae@hotmail.com
13.	Wander MANSIE S. CAPATO	23ª ZE	mansie@tre-to.jus.br
14.	Elias Waribo Yorai	Yorai	
15.	Mário Aparecida P. Silva	Apinaje	amnhakapinaje@gmail.com
16.	Roberto Roberto Krahô	Krahô	roberto.krahoe@gmail.com
17.	Samuel P. dos S. Krahô	Krahô	
18.	Camélio Krahô Krahô	Krahô	
19.	ALVARO MANZANO	MPPF	alvaromanzano@mppf.mptb
20.	MARCELO COSTINOLLA	TRE - IIACTA	
21.	Ana Carina M. Souto	CORREGEDORIA-TRE-TO	
22.	TEODOMIRO FERNANDES AMORIM	SABOR/TRE	





Tema: Representatividade Política dos povos Indígenas

Assuntos debatidos:

B.1. As comunidades indígenas se sentem representadas pelos políticos não indígenas?

Não. Primeiramente, porque as lideranças partidárias vão às aldeias para conseguir candidatos para os seus partidos e, conseqüentemente, mais votos para eles mesmos se elegerem. Os candidatos não indígenas tem estratégias para fazerem campanha, os indígenas não tem; Após o período eleitoral eles esquecem as promessas que fizeram, prometem muita coisa e não cumprem, estão sempre dizendo que não tem recursos, e os índios não recebem nenhum benefício dos políticos eleitos. Nem os não indígenas se sentem representados pelos políticos.

B.2. A organização interna das comunidades indígenas dificulta a escolha de candidatos nas eleições gerais e municipais?

Sim. A forma de representação política dos não indígenas não é a mesma na cultura indígena, pois nas comunidades indígenas há diferenças nessa representação até mesmo entre seus clãs, famílias e “partidos”. Além disso, há políticos não indígenas que incentivam a divisão da comunidade quando oferecem vantagens em troca de votos, visando o enfraquecimento de candidaturas próprias. Em determinadas etnias falta diálogo e discussão mais aprofundada para escolha de candidatos indígenas ou apoio a candidatos não indígenas.

B.3. Relacionem três propostas que visem aumentar a representação política do índio no processo eleitoral.

- 1 – Realizar ações de conscientização política nas comunidades indígenas, sobre legislação eleitoral, para que os indígenas tenham conhecimento de seus direitos e deveres relativos ao processo eleitoral.
- 2- Intensificar a fiscalização, durante o período eleitoral, para inibir o uso da estrutura dos órgãos públicos que trabalham diretamente com comunidades indígenas, bem como para evitar excessos na propaganda eleitoral nas aldeias, por parte dos candidatos não indígenas.
- 3 – Facilitar o acesso dos eleitores indígenas aos locais de votação.

Participantes: Vide lista de frequência



Oficina: Representação política dos indígenas

Local: Anexo I - TRE

Data: 16 de março de 2018

FREQUÊNCIA

Nº	NOME	ÓRGÃO/ETNIA	E-MAIL
1.	Roberto Krahô	Krahô	robuto.krahô@outlook.com
2.	TIAGO WAKUPERE XERENTE	XERENTE	tiagowakupere@hotmail.com
3.	Genival Custano Krahô	Krahô	
4.	Isaías Nizapi Xerente	Xerente	isaias.xerente@outlook.com
5.	Anché Gihêkê Krahô	Krahô	
6.	Raimundo Baito V. Maruá	FUNAB/Maruá	raimundo.marua@funab.gov.br
7.	Cassiano Sotero Asinagá	Asinagá	cassianoasinaga@gmail.com
8.	Estanislau Kungáji	Kungáji	estanislau.kungaji@outlook.com
9.	Sukulahi Kelly M. Brito	Xerente	
10.	Ulysses O. Martins Juvá	JUVÁ	TEWAXUREJUVÁ@outlook.com
11.	Eliz Mesquita Lopes	TRE	
12.	Maria do Carmo Barber	TRE	marcarmo@tre-to.jus.br
13.	Lidia Soraya Liberti Barros	SEDC	LIDIASLB@GMAIL.COM
14.	HELDEN C. LISBOA	JTRE - 9 ^o 2 ^o E	HELDEN@TJTO-JUS.BR
15.	CLARISSE DRUMMOND	UnB	clarisse.drummond@gmail.com
16.	Luzimar Soares Filho	AGU	luzimar.filho@AGU.BR.UFPA
17.	Carlos Manoel S. Juvá	13 ^o 2 ^o E	
18.			
19.			
20.			
21.			
22.			



Tema: Diálogo entre Culturas

Temas debatidos:

C.1. Sob o ponto de vista das autoridades constituídas qual o maior obstáculo à compreensão da cultura indígena?

- O preconceito cultural, linguístico e institucional;
- Desrespeito às diferentes tradições culturais, linguísticas e religiosas.
- O reconhecimento dos níveis de discriminação enfrentados pelos povos indígenas
- Desvalorização dos saberes tradicionais indígenas.

C.2. Sob o ponto de vista das comunidades indígenas quais as barreiras que impedem o diálogo e a busca conjunta de soluções para os problemas vividos nas aldeias?

Barreiras:

- A barreira do preconceito cultural e linguístico
- Desrespeito às diferentes tradições culturais, linguísticas e religiosas
- Dificuldade de acesso às aldeias

Busca conjunta de soluções para

- A quebra da barreira do preconceito cultural e linguístico
- Facilidade de acesso às aldeias, melhoria das estradas.
- Respeito às diferentes tradições culturais, linguísticas e religiosas.

C.3. Relacionem três propostas que visem melhorar o diálogo intercultural entre o não indígena e o índio.

1. Construção da identidade indígena num ambiente multicultural com a sociedade não indígena.
2. As condições do diálogo intercultural entre os povos indígenas do Tocantins e os não indígenas;
3. Uma cultura política que valoriza a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas do Tocantins.

Participantes: Vide lista de frequência



Oficina: Diálogo entre culturas
Local: Anexo I - TRE
Data: 16 de março de 2018

FREQUÊNCIA

Nº	NOME	ÓRGÃO/ETNIA	E-MAIL
1.	Fernando Haderi Karajá	Karajá	
2.	José Hari Karajá	Karajá	URIWAV@HOTMAIL.COM
3.	Briston Kraho	Kraho	
4.	Leilio Moisés Araújo	TRE/TO	leilio@tre-to.jus.br
5.	Edimilson K.P.B. Xerente	Xerente	98426.9887
6.	Lele Maxina Regis Ribeiro	DPE/NDH	32186953
7.	Matiasari Javao	Javao	
8.	Newton Damasceno Lelis	Xerente	984439861
9.	Luizton BA de Lima	32 ZE GOIATINS	luizton.edilino@gmail.com
10.	Luzimar Soares Filho	AGU	Luzimar.filho@AGU.GOV.BR
11.	João Carlos P. Javao (Pantufa Javao)	SECIJU-GERENTE INDÍGENA	Carlinhojavao@hotmail.com
12.	Miguelito Kraho	Conselho	
13.	Gilberto Sereiaçute	Xerente	
14.	Kubania de Cande Kubala	Karajá	Kubania@gmail.com
15.	Mauricio Sato Xerente	Xerente	
16.	Gilvan Kundionan Karajá	cons.saúde	GilvanKarajao@gmail.com
17.	Luizelly Pereira Ribeiro	Arimajá	
18.	Marcio Kraho	Kraho	
19.	Kapinana Sua Karajá	Karajá	swickanga@gmail.com
20.	Robelma Karajá		
21.	Martha Helena R de Souza	UFT/	marthahelena@uft.edu.br
22.	Silvia Helena Dias Santo	TRE/ASPCA	silvia@TRE-to.jus.br



Registro fotográfico das oficinas.



OFICINA TEMA SEGURANÇA NAS ELEIÇÕES



OFICINA TEMA DIÁLOGO ENTRE CULTURAS



OFICINA TEMA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS



5.5 Plenária após as oficinas

Na reunião plenária foi aprovado o relatório apresentado pelas oficinas, já descrito.

Registro fotográfico das atividades na plenária final.



5.6 Reunião 23.03.2018

Após o encontro, foram definidas as ações que resultaram das demandas realizadas pelos Indígenas.

Assim as ações definidas foram:

- Realizar seminários sobre educação política nas comunidades Indígenas;
- Aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias Militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias.
- Promover viagens itinerantes às aldeias com representantes do TRE;
- Confeccionar cartilha bilíngue.



6. Execução das ações planejadas

Após definidas as ações e os gestores, iniciou-se a fase de execução. Assim apresentam-se algumas fases já realizadas das ações planejadas.

6.1 Ação educação política nas comunidades Indígenas

Ação de educação faz parte da proposta para efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas no Estado do Tocantins, no sentido de levar estender o projeto “Agentes da Democracia – formação de eleitores e políticos do futuro” para todas as comunidades indígenas, promovendo a conscientização cívica e a preparação dos eleitores indígenas para participarem ativamente da sociedade, estimulando-os e preparando-os para a vivência político-democrática. A ação teve início na Aldeia São José e Mariazinha.

Visando maior adesão possível ao projeto, foi realizada mobilização para participação dos indígenas nas ações, assim foram identificadas as lideranças das aldeias, que se comprometeram com o Projeto e auxiliaram na mobilização dos Apinajés.

Na região da Aldeia São José, o Vice-Cacique e Coordenador Pedagógico da Escola, Cassiano Sotero Apinajé, articulou com representantes das aldeias para participarem do evento, pois em razão do período das chuvas, os acessos estavam interrompidos, impossibilitando o transporte dos indígenas. Graças ao trabalho de mobilização, indígenas de 19 (dezenove) aldeias participaram da ação.

Na região da Aldeia Mariazinha, a professora Maria Aparecida Pereira da Silva Apinajé, fez um chamamento em todas as aldeias. Como as estradas estavam boas, foi possível o fornecimento de transporte. Assim, a equipe da EJE, juntamente com o chefe de cartório Elias Mesquita, organizou a rota do transporte. Participaram da ação representantes de 16 (dezesseis) aldeias.

A ação nas duas aldeias reuniu aproximadamente **400 (quatrocentos) indígenas**, integrantes de **35 (trinta e cinco) aldeias da etnia Apinajé**, que receberam informações sobre a importância da participação das comunidades indígenas no processo eleitoral.



ALDEIA SÃO JOSÉ - ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA MÃITYK

As palestras foram proferidas pelo Juiz Eleitoral da 29ª ZE, Luís Otávio de Queiroz Fraz, com uma linguagem acessível e descontraída, falou sobre a importância da participação do povo indígena no processo eleitoral e sobre direitos e deveres dos indígenas enquanto eleitores.



ALDEIA MARIAZINHA - ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA TEKATOR

6.1.1 Pesquisa de avaliação de reação

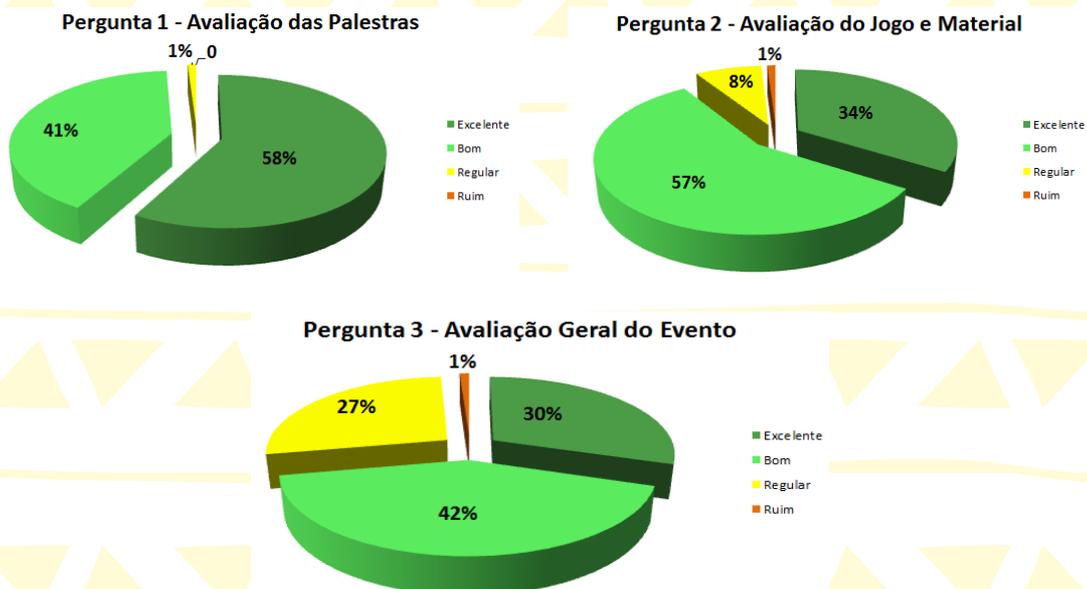
Durante o evento foi realizada pesquisa, que demonstrava a participação efetiva dos Indígenas.



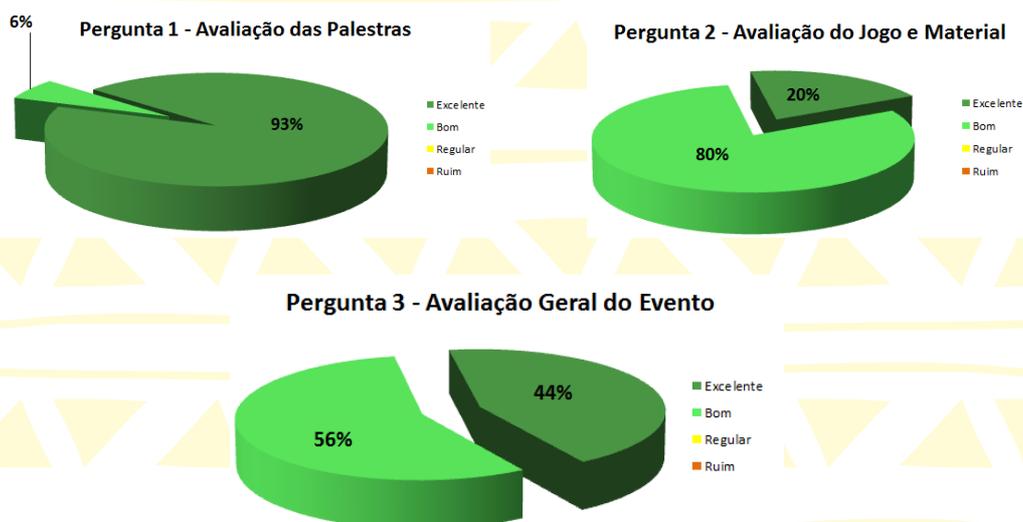
6.1.1.1 Resultado da pesquisa

A seguir apresentamos os gráficos com a pesquisa de Pesquisa de Satisfação realizada nas aldeias. Responderam as perguntas 68 (sessenta e oito) indígenas na Aldeia São José, correspondendo a 45% (quarenta e cinco por cento) dos participantes e 75 (setenta e cinco) indígenas na Aldeia Mariazinha, correspondendo a 63% (sessenta e três por cento) dos participantes.

A seguir resultado da avaliação na Aldeia São José – 21/4/2018:



A seguir resultado da avaliação na Aldeia Mariazinha – 22/4/2018:





6.1.2 Depoimentos dos participantes

"Parabenizo a iniciativa da Justiça Eleitoral do Tocantins, que pela primeira vez trouxe conhecimento para os indígenas, nós somos sempre esquecidos pelas instituições. As informações foram repassadas de forma clara e objetiva, onde todos puderam compreender. Agora nossa missão é colocar em prática tudo que aprendemos aqui".

Líder indígena e professora na Aldeia Botica, Aparecida Pereira Apinajé

"O manual foi muito importante, pois aprendi como votar e que devemos anotar o número dos nossos candidatos para levar no dia eleição, eu vou participar das eleições pela primeira vez esse ano, por isso a simulação de uma votação na urna eletrônica me ajudou muito".

Índio adolescente de 16 anos, Mardônio Apinajé



PROFESSORA MARIA APARECIDA PEREIRA APINAJÉ



VICE CACIQUE CASSIANO APINAGÉ

6.2 Ação para aperfeiçoar o acesso das forças de segurança (Polícias Militar, Federal e Civil, Exército) nas aldeias.

Em cumprimento ao Plano de Ação aprovado pela Administração do Tribunal, o tema Acesso das Forças de Segurança nas Aldeias, foi abordado na primeira reunião de trabalho do Comitê de Segurança Institucional das Eleições, tanto pelo representante da Polícia Militar, quanto pelo Comandante do 22º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro.

A ação aqui tratada tem como foco preponderante eliminar a não aceitação ou resistência, por parte dos povos indígenas, quanto ao acesso de Policiais Militares nas aldeias, fato este decorrente de eventos históricos marcados por conflitos.

A abertura de diálogo iniciada no Workshop realizado nos dias 15 e 16.03.2018 e o avanço das ações dali decorrentes, permitirá que sejam aparadas as arestas até então existentes, possibilitando-se, desta maneira, que a segurança nas aldeias, no dia das eleições, seja realizada de forma plena pela Polícia Militar, atividade esta que se encontra dentro das atribuições institucionais daquela Corporação.

Para dar continuidade ao presente projeto, encontra-se agendada reunião de trabalho, para o dia 25.05.2018, com a participação do Presidente deste Tribunal, Presidente do Comitê de Segurança Institucional, Coordenador do Projeto de Inclusão Sociopolítica das Comunidades Indígenas do Tocantins, Procurador Regional Eleitoral, Comandante Geral da Polícia Militar, Comandante do 22º Batalhão de Infantaria do Exército e Procurador Federal junto à FUNAI, cujos ofícios foram expedidos.



Após esta etapa, iniciarão as visitas para realizar 17 encontros nas aldeias e buscar alternativas para eliminar eventuais obstáculos para um bom diálogo com as forças de segurança.



REUNIÃO DO COMITÊ DE SEGURANÇA EM 08.05.2018

6.3 Ação de para promover viagens itinerantes às aldeias com representantes do TRE

O objetivo da ação atendimento itinerante nas aldeias indígenas foi levar atendimento ao eleitorado indígena, cujas aldeias são desprovidas de linha de transporte diário intermunicipal (ida e volta), bem como também desprovidas de asfalto, o que torna difícil o acesso dos indígenas ao cartório, bem como diminuir tumulto decorrente do fluxo de eleitores durante o atendimento às vésperas do fechamento de cadastro.

Para isso, foi realizado um plano de ação que envolveu:

- Fornecimento de estrutura de Tecnologia da informação para o atendimento;
- Divulgação do evento na ZE/Município;
- Realização de transporte de equipe e suprir necessidade de transporte para alcance do objetivo;
- Realização dos atendimentos.

A seguir apresenta-se o relatório dos itinerantes realizados, com demonstrativo das aldeias envolvidas e os atendimentos efetivados:



Projeto INCLUSÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO TOCANTINS

ATENDIMENTO ITINERANTE

Zona Eleitoral	Aldeias	Atendimentos		Evento SEI
5ª ZE – Miracema	Aldeia Porteira	Alistamento	113	851452
	Aldeia Funil	Transferência	18	
	Aldeia Brejo Comprido	Revisão	37	
	Aldeia Rio Sono	2ª Via	3	
Subtotal dos atendimentos da 5ª ZE			171	
9ª ZE - Tocantinópolis	Aldeia Botica	Alistamento	141	865645
	Aldeia Mariazinha	Transferência	0	
	Aldeia Barra do dia	Revisão	15	
	Aldeia São José	2ª Via	1	
Subtotal dos atendimentos da 9ª ZE			157	
13ª Cristalândia	Aldeia Santa Isabel	Alistamento \	29	858159
	Aldeia Fontoura	Transferência \		
	Aldeia Macaúbas	Revisão e 2ª Via	57	
Subtotal dos atendimentos da 13ª ZE			86	
15ª ZE - Formoso Araguaia	Aldeia Txiurí	Alistamento \	12	863527
	Aldeia Canoanã	Transferência \	12	
	Aldeia São João	Revisão e 2ª Via	14	
Subtotal dos atendimentos da 15ª ZE			38	
32ª Goiatins	Aldeia Rio Vermelho	Alistamento \	28	
	Aldeia Cachoeira	Transferência \	44	
	Aldeia Pedra Branca	Revisão e 2ª Via	39	
Subtotal dos atendimentos da 32ª ZE			111	
33ª Itacajá	Aldeia Santa Cruz	Alistamento \		850444
	Aldeia Manoel Alves	Transferência \	12	
34ª Araguaína		Revisão e 2ª Via		849110
		Alistamento	10	
	Aldeia Xambioá	Transferência	5	
			Revisão	6
Subtotal dos atendimentos da 34ª ZE			21	
Total dos atendimentos			596	



Registros fotográficos dos trabalhos



FOTO ALDEIA SÃO JOSÉ



FOTO ALDEIA SÃO JOSÉ



FOTO ALDEIA PEDRA BRANCA



FOTO ALDEIA PEDRA BRANCA

6.4 Ação confeccionar cartilha bilingue

A cartilha se propõe a ser um instrumento de informação, bastante eficaz, no que se refere à *efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas*, pois trará, de forma acessível e didática, como se dá o processo eleitoral, desde o momento em que o eleitor se inscreve no cadastro eleitoral até a diplomação dos eleitos. O seu conteúdo enfatizará os direitos e deveres dos integrantes das comunidades indígenas do Tocantins e visa promover a inserção desses no processo democrático.

O conteúdo em português já desenvolvido totaliza 16 laudas e está dividido em três partes:

- Eleições - com noções gerais sobre o processo eleitoral, a obrigatoriedade do voto, critérios e condições para se concorrer às eleições, informatização das eleições, direitos políticos etc;
- Propaganda eleitoral – definição de propaganda política, eleitoral e partidária, o que pode e o que não pode na propaganda eleitoral, condutas vedadas no dia da eleição;
- Crimes eleitorais – definição dos principais crimes eleitorais e respectivas punições;
- Perguntas e respostas sobre as eleições e um glossário dos termos específicos mais comuns relacionados ao tema eleições.

Para elaboração do conteúdo da cartilha, a Dra. Lidya Barroso (antropóloga que está dando apoio ao projeto, cujo curriculum encontra-se no início deste relatório), fez um apanhado no conteúdo das cartilhas temáticas 2018 e extraiu o que considerou válido e útil



para o público a que ela se destina, sempre considerando as demandas trazidas pelas comunidades indígenas no encontro promovido pelo TRE-TO com essas comunidades.

A Dra. Lídia considerou também os conhecimentos que detém da realidade dessas comunidades, em razão da sua vasta experiência de trabalho junto da Gerência de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins.

Para nos auxiliar, foi convidado o servidor Adilson Cunha Silva para fazer revisão e tirar dúvidas relacionadas à legislação Eleitoral e contribuir também em razão de sua experiência de trabalho no cartório de Goiatins, sede da 32ª Zona Eleitoral, que abrangem em sua circunscrição três aldeias indígenas.

O termo de referencia para contratação dos tradutores encontra-se na SECOM para a verificação e aprovação.

Modelo, em estudo, da abertura da cartilha.

LIVRO BILÍNGUE

INCLUSÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL





7. Metas do projeto

- Cartilhas: Confecção e distribuição de 5.000 cartilhas bilíngue;
- Itinerante: Atendimento às Aldeias que são locais de votação;
- Educação Política:
 - Atingir 100% das aldeias que possuem seções eleitorais instaladas no Tocantins;
 - 3.000 indígenas instruídos;
- Acesso das Forças de Segurança: Realizar 17 encontros nas aldeias e buscar alternativas para eliminar eventuais obstáculos para um bom diálogo com as forças de segurança.

8. Considerações Finais

Este relatório teve como finalidade demonstrar sucintamente, com evidências, as ações realizadas até a presente data, visando o alcance dos objetivos do projeto.

É um projeto de longo alcance, cuja realização ainda demandará muito esforço, mas tem como objetivo nobre a inclusão sociopolítica dos povos indígenas, meta esta que resgata a importância da participação dos povos indígenas na política brasileira.

Este projeto e as ações realizadas estão nos seguintes processos:

- SEI 0021266-50.2017.6.27.8000 – Processo principal, com diversos processos relacionados, que registra o projeto principal de execução;
- SEI 0004186-39.2018.6.27.8000 – Processo que acompanha a realização da ação acesso das forças de segurança nas aldeias;
- SEI 0004184-69.2018.6.27.8000 - Processo que acompanha a realização da ação Confecção de Cartilha Bilíngue;
- 0004181-17.2018.6.27.8000 - Processo que acompanha a realização da ação educação política nas comunidades indígenas;
- 0004150-94.2018.6.27.8000 - Processo que acompanha a realização da ação atendimento itinerante nas aldeias indígenas do Estado.



ALDEIAS MANOEL ALVES E SANTA CRUZ – ITACAJÁ - TO



ALDEIAS KRAHÔ



FOTO ALDEIA PEDRA BRANCA

9. Anexos

Anexo 1 (vídeo resumido do projeto).